

Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica do século XIX*

Francivaldo Alves Nunes

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Ananindeua, Pará, Brasil
E-mail: francivaldonunes@yahoo.com.br

Resumo

Neste texto, nos ocupamos em analisar a relação entre os discursos construídos em torno da natureza amazônica, caracterizado pela defesa de sua domesticação através da atuação do Estado imperial. Nesse caso, tentamos demonstrar como esses valores, pautados pelo controle do espaço amazônico, principalmente quanto suas potenciais riquezas florestais, exigirá das autoridades públicas um desempenho não apenas de manutenção da ordem, mas de instituição promotora de políticas que promovessem os hábitos das populações locais e a consequente dominação sobre os rios e florestas. Incorporando leituras de pensadores europeus sobre as terras da América, estes intelectuais e agentes públicos do século XIX, construíram um discursos em que o Estado brasileiro não mais se afirmasse apenas pelo uso da forças militares, mas que conduzisse a autoridade do governo ao interior do país, através de ações que asseguravam os interesses dos grupos dominantes locais e que estava revestida de um discurso de promoção da ordem, da modernidade e da civilização.

Palavras-chave: Natureza; Estado Imperial; Amazônia; século XIX.

Inventing a new state knowledge about the Amazonian nature of the XIX century

Abstract

In this text, we focus on analyzing the relationship between the discourses constructed around the Amazonian nature, characterized by the defense of its domestication through the performance of the Imperial State. In this case, we try to demonstrate how these values, guided by the control of Amazonian space, mainly as to their potential forest resources, will require public authorities not only to maintain order but also to promote policies that promote the habits of local populations and the consequent domination over rivers and forests. Incorporating readings of European thinkers on the lands of America, these intellectuals and public agents of the nineteenth century, constructed a discourse in which the Brazilian State no longer asserted itself only by the use of the military forces, but that led the authority of the government to the interior of the country, through actions that ensured the interests of local dominant groups and that was clothed in a discourse to promote order, modernity and civilization.

Keywords: Nature; Imperial State; Amazon; 19th century.

Inventando un nuevo saber estatal sobre la naturaleza amazónica del siglo XIX

Resumen

En este texto, nos ocupamos en analizar la relación entre los discursos construidos en torno a la naturaleza amazónica, caracterizado por la defensa de su domesticación a través de la actuación del Estado imperial. En ese caso, intentamos demostrar cómo esos valores,

* O texto é resultado de pesquisas desenvolvidas através do projeto "Ocupação da terra, paisagem e produção rural nos aldeamentos e colônias agrícolas do Pará", com financiamento do CNPq.

pautados por el control del espacio amazónico, principalmente en cuanto a sus potenciales riquezas forestales, exigirá de las autoridades públicas un desempeño no sólo de mantenimiento del orden, sino de institución promotora de políticas que promuevan los hábitos de las poblaciones locales y la consecuente dominación sobre los ríos y los bosques. Incorporando lecturas de pensadores europeos sobre las tierras de América, estos intelectuales y agentes públicos del siglo XIX, construyeron un discurso en el que el Estado brasileño ya no se afirmara sólo por el uso de las fuerzas militares, sino que condujera la autoridad del gobierno al interior del país a través de acciones que aseguraban los intereses de los grupos dominantes locales y que estaba revestida de un discurso de promoción del orden, de la modernidad y de la civilización.

Palabras clave: Naturaleza; Estado Imperial; Amazonia; siglo XIX.

Apresentando o tema pelo contexto

A assertiva de que em meados do século XIX se consolida um discurso que legitima as ações do governo imperial como necessárias para promover a modernização do país, o que necessariamente estava associada à necessidade de difusão de hábitos civilizados e a incorporação desses valores nas práticas econômicas, incluindo a agricultura, é o que defendemos neste texto. A justificativa, nos dizeres dos agentes públicos, era de que estas ações posicionaria o Estado brasileiro em condições semelhantes a países como Inglaterra e Estados Unidos, pensados na época, como modelos de organização econômica e portadores de modernas técnicas produtivas. Partindo da crença de que o poder político de alguma maneira moldava a nação, a atuação governamental devia voltar-se para o favorecimento de práticas agrícolas de forma a transformar-se numa ação humana sobre a natureza, com a perspectiva de transformá-la em fonte de progresso e civilização.

Para esses “novos tempos”, nos alertava Eric Hobsbawn (1991, p. 32), a existência do Estado se justificaria por impor novos valores, caracterizados como portadores de uma perspectiva moderna e civilizadora, principalmente para as regiões que advinham de uma experiência colonizadora, como o Brasil. Estas ordenações deviam ser estabelecidas ao conjunto do território nacional, submetendo aquilo que se chamava de “privatismo local” ao poder político nacional e como sustentáculo aos interesses da classe economicamente dominante da época. Segundo Gabriela Nunes Ferreira (1999, p. 165) seria, para os construtores da nação, numa referência aos intelectuais e políticos que pensavam o país e atuavam nas agências públicas e órgão de poder da época, “o maior avanço rumo à civilização”. O que se considerava como avanço, no entanto, estava associado ao reconhecimento de que boa parte da população encontrava-se subjugada aos hábitos não condizentes com o que se pensava enquanto prática moderna.

Do ponto de vista da agricultura, principal atividades econômica da época, destacava Julio Benvoglio (2007, p. 33), constituía o reconhecimento da necessidade de introdução de outras práticas de cultivo e a negação as experiências acumuladas pelas populações nativas

em lidar com a terra. Para Maria Elisa Mader (2006, p. 91), a defesa de uma nova postura do homem frente ao mundo natural, revestida de um discurso civilizador, é o elemento principal na legitimação de um posicionamento que apresenta o espaço territorial brasileiro como dicotômico, representando alguns espaços como locais de barbárie - no caso do interior, outros de civilização - centros urbanos. Ao enfatizar o peso que o meio natural teve no processo de constituição das identidades nacionais nas Américas, a autora demonstra como esse foi um elemento central na formulação de uma concepção de nação, em que a etnicidade, ou seja, o controle sobre as populações nativas e suas terras, se converte em importante fator de legitimação desses Estados Nacionais.

Nestes discursos que permeiam as décadas de 1830 a 1880, as áreas de colonização se constituem enquanto espaços implantados em locais aonde antes imperavam a selvageria ou incivilização. Eram espaços em que a natureza ainda não estava domesticada de acordo com as necessidades humanas. Para esta questão, diríamos que natureza deve ser entendida como objeto sobre o qual os indivíduos elaboram representações que carregam visões de mundo e contribuem para construir imagens e idéias que vão compor repertórios diversos, entre eles os constitutivos da identidade de um território e de um povo, e conseqüentemente produzirão as condições materiais para a sustentação desses indivíduos (PRADO, 1999, p. 180).

Do ponto de vista dos interesses do governo imperial, portanto, os espaços de colonização na Amazônia deveriam garantir o controle dessas áreas e assegurar o domínio sobre as forças da natureza. No entanto, não se trata de áreas caracterizadas apenas pela ausência da ação humana, mas de locais caracterizados no imaginário das autoridades como terras de riquezas, que precisavam ser conhecidas e exploradas. Diante de um contexto pautado pela necessidade de controle do território e afirmação dos interesses nacionais, que se constrói um conjunto de discursos que pauta a região amazônica como de natureza que necessariamente precisava ser domesticada.

Interpretações da natureza das Américas - olhares para Amazônia

As diferentes percepções sobre o meio natural na Amazônia, ora como espaço de barbárie ora de civilização, que em parte definiram as ações colonizadoras, como observaremos posteriormente com maiores detalhes, resultavam também das divergentes proposições de naturalistas, historiadores, cientistas e geógrafos sobre a natureza e sociedade nas terras da América. Neste aspecto, os estudos de Maria Elisa Mader (2006, p. 92) apontam que nas nascentes nações americanas, essa relação entre o meio natural e a ideia de nação teve um peso ainda maior, pois esteve associada e encontrou legitimidade na antiga e constante referência à pujança da natureza e à grandiosidade do território nas

Américas. Estes elementos lhe conferiam positividade, pois apontavam como locais possuidores de riquezas disponibilizadas no meio natural, e também negatividade, visto que as forças da natureza submetiam o homem a depender das vontades naturais, não permitindo o domínio e a domesticação desses espaços.

Nessa perspectiva, em que se projetava para as nações americanas um futuro repleto de grandeza, com possibilidades ilimitadas, e em que outras projeções apresentavam um futuro marcado por desafios e dificuldades ligadas às limitações impostas por espaços naturais selvagens, que a natureza grandiosa, intocada e enigmática do território americano, parecia prever a emergência de nações marcadas pela necessidade de promover ações colonizadoras. Tratava-se de medidas que não apenas permitissem promover o povoamento desses espaços, mas que assegurassem o desenvolvimento de técnicas que permitissem a exploração dos recursos naturais e o conseqüente domínio do espaço considerado eminentemente natural.

Nos estudos desenvolvidos por Antonello Gerbi (1996) são identificadas as polêmicas entre os que procuram denegrir a imagem da América. Alguns afirmavam a inferioridade de sua natureza e o processo de degeneração da população americana por não apresentar as condições necessárias para o exercício de domínio sobre animais e plantas, e outros que replicaram esses argumentos, não aceitando tais acusações e prevendo um futuro grandioso para a região, justamente pela pujança dos espaços naturais, como as florestas tropicais e a possibilidade de exploração dos seus recursos.

Para Gerbi (1996), já nos textos dos antigos descritores da natureza americana, a exemplo de Gonzalo Fernandez de Oviedo, padre Acosta e padre Cobo, cujas anotações remetem aos séculos XVI e XVII, se registrava com detalhes as muitas peculiaridades físicas do chamado Novo Mundo e as numerosas diferenças entre os animais e a vegetação da América, se comparadas a Europa. Nesses escritos, se deixava antever a famosa polêmica sobre a América que irá se instalar dos dois lados do Atlântico por meio da formulação de teorias, que em diversos planos e por um longo tempo, apresentará o novo continente ou como portador de uma natureza degenerativa, por ser selvagem e não domesticável, ou por possuir um espaço natural muito mais pujante e grandioso que outras regiões do mundo. Esta característica poderia promover o surgimento de nações mais prósperas.

Nesta polêmica, iniciada de maneira marcadamente detratadora por Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, em meados do século XVIII, e que foi continuada em grande parte pelos escritos de Cornelius Franciscus de Pauw e intensificada com as respostas de seus interlocutores, se evidenciava a tendência do século XVIII de interpretar como uma relação rígida, necessária, causal, a ligação entre os vivos e o natural, a criatura e o ambiente. E ainda, circunscrevia para o século XIX, os desafios dos novos Estados em formação, ou seja, o necessário domínio sobre as forças da natureza.

Nesse caso, é o naturalista Georges-Louis Leclerc quem primeiro formula como teoria a tese da “debilidade” ou “imaturidade” das terras das Américas, quando apresentou a ideia de que as espécies animais existentes no Novo Mundo, sejam elas as selvagens ou domésticas, apresentavam características diferentes e em muitos casos, inferiores ou mais frágeis que as encontradas no Velho Mundo. Esta situação era resultado, na visão do conde de Buffon, da natureza americana, que se mostrava hostil e inadequada ao desenvolvimento dos animais e, também, em parte, dos homens, já que estes não podiam dominá-las, submetendo-a e revertendo-a em seu benefício (GERBI, 1996, p. 20).

Classificando e inserindo o homem em um modelo eurocêntrico e hierárquico de climas mais temperados, o conde Buffon na obra *Histoire naturelle de l’homme*, apresentava a Europa e partes da Ásia como espaços adequados para o desenvolvimento de plantas e animais. No caso, justificava suas reflexões, pois estes estariam localizados em uma área ideal de clima mais temperado, habitada por isso, por povos civilizados, enquanto que o Novo Mundo teria a maior parte de suas terras habitadas na zona tórrida, o que propiciaria toda a sorte de desvios negativos quanto ao desenvolvimento do meio natural (GERBI, 1996, p. 20). Neste aspecto, a América era então identificada como ambiente úmido e quente, o que teria contribuído para que a região fosse prolífica em animais pequenos e débeis, e privada de grandes animais. Uma situação que seria provocada pelo não domínio da natureza.

De acordo com Antonello Gerbi (1996), os escritos de Buffon marcam um momento em que a discussão sobre a originalidade da América toma molde de discurso científico, estabelecendo um espaço privilegiado para a disseminação da degradação do ambiente e do homem americano. Após estes estudos, a discussão se estende e permanecerá presente na reflexão de grandes autores do século XVIII e XIX, como Goeth, Lineu, Herder, Kant, e outros, até culminar nas concepções opostas de Hegel e Humboldt e, mais tarde sofrer a desvalorização enquanto questão científica. No entanto, esses discursos seriam identificados como formadores de uma visão de mundo presentes não apenas nos escritos dos viajantes que percorreram a América, mas das autoridades e intelectuais formadores das nações americanas.

O filósofo Cornelius de Pauw, mais radical nos seus escritos, estende esta tese ao homem americano, apresentando-o não como imaturo, mas como degenerado, fruto da maldição de uma natureza fraca e corrompida e de uma história de catástrofes. Não dominando essa natureza hostil e selvagem, os homens da América, assim como os outros animais, tinham também terminados por entrarem em processo de deterioração. Acreditando na ação depravadora dos trópicos, na obra *Recherches philosophiques sur les Américains*, ele reduz os americanos a povos inferiores e sem história, impossibilitados de sair do estado selvagem. Seria, pois, “incapaz de promover o progresso”, o que se justificaria “por não se adequar a leis, por viver em estado de inércia e não cultivar o espírito, vivendo na mais

completa liberdade”. Em outras palavras, o homem da América era degenerado, corrompido, insensível, ocioso, indolente e incapacitado para o desenvolvimento mental (GERBI, 1996, p. 41).

Estas provocativas suscitaram de imediato uma série de discussões que tomaram a forma de réplicas e contra-réplicas dos mais variados interlocutores. Na Europa, tornava-se comum os pronunciamentos em apologia à teoria do “bom selvagem” e da idéia de natureza dadivosa, grandiosa e virgem. Acompanhavam-se ainda os discursos que valorizavam as antigas civilizações pré-colombianas e também de geógrafos e naturalistas que rejeitavam uma visão tão negativa da América. O próprio Buffon, diante do extremismo das posições de Cornelius de Pauw, retifica suas primeiras explicações degenerativas e, em *Époques de la nature*, publicado em 1777, escreve que a América é um mundo jovem e em muitos aspectos imaturo, o que não significaria um espaços degenerado. Nesse caso, o que se por um aspecto negava a perspectiva degenerativa do homem do Novo Mundo, por outro limitava as imperfeições produzidas pelo clima aos animais e plantas presente na América. Para Roberto Ventura (1991, p. 22), estudos como do filósofo Cornelius de Pauw inverteu a visão paradisíaca da América ao formar um novo discurso sobre o homem e a natureza americanos, marcado pela negatividade. Nestes estudos destacava-se, portanto, a inferioridade do ambiente do Novo Mundo e a fraqueza das formas de vida que o habitavam.

Embora se registre nos estudos de Buffon e de Cornelius de Pauw uma visão de inferioridade do ambiente natural, ou ainda por falarem em imaturidade e degeneração do continente americano, estabelecendo grau elevado de negatividade na relação entre homem e espaço natural, estas análises, até certo ponto, estavam inovando ao adotar um conceito evolutivo da natureza. Neste aspecto, sugeria um possível desenvolvimento do meio natural, algo inteiramente novo na história deste conceito de natureza. Até o momento, e aí seguindo uma tradição bíblica e aristotélica, faltava aos historiadores antigos e aos primeiros naturalistas da América a ideia de evolução na sua concepção de natureza, pois acreditavam na fixidez das espécies, na imobilidade da natureza ou na sua variabilidade como algo despregado por completo no espaço, algo no qual não aparecia de modo algum, nas palavras de Antonello Gerbi (1978, p. 12), “o tácito, infinito andar do tempo”.

No novo conceito que surge destas polêmicas teorias de meados do século XVIII, a natureza é convertida em algo vivo, fluido e cambiante, fruto de uma ampla liberdade de crítica. Neste aspecto, diríamos que, apesar dos qualificativos degeneradores e negativos aplicados à América, eles permitiam vislumbrar um momento posterior diferente. O simples reconhecimento da diversidade da natureza americana já, em parte, rompia com a antiga e pacífica unidade da natureza, permitindo uma nova definição e, por conseguinte, uma nova lógica na leitura das coisas naturais.

Ao tentar responder ao afinado espírito crítico e ao agudo orgulho europeísta que

sugeriam uma visão negativa da natureza, dos animais e dos habitantes da América, ganhou força outra percepção do continente americano que, ao concebê-lo enquanto “filho da Europa”, tentava integrá-lo à marcha inexorável da história do Ocidente em direção ao progresso e à civilização, justificando, assim, a missão civilizadora que a Europa arrogava para si. A América, nessa outra perspectiva, podia assim ser confiada uma missão ideal. Enquanto herdeira da Europa poderia vir a constituir-se em uma síntese que ajudaria a dar razão à existência de todas as partes do mundo, tornando-a, ao mesmo tempo em que, pensável e inteligível, também possível de se desenvolver de forma moderna e civilizada (ROUQUIÉ, 1991).

De acordo com Mary Louise Pratt (1992, p. 212), ao tentarem destruir a tese da inferioridade da América, repetida e difundida por naturalistas, historiadores, cientistas e geógrafos, estas novas percepções passaram a reinventar a América enquanto natureza recriada. No entanto, não se tratava de uma natureza acessível, reconhecível ou categorizável, mas enquanto natureza dramática, extraordinária, capaz de ultrapassar o conhecimento e inteligência humanos. Não uma natureza que senta e espera ser conhecida, analisada e possuída, mas uma natureza em movimento, impulsionada por forças vitais em grande parte invisível para os olhos humanos. Seria “uma natureza que apequenava os homens, determinava o seu ser, excitava as suas paixões, desafia seus poderes de percepção”. Para isso, foi preciso bem mais que os não muitos consistentes esforços levados a cabo até então. Tornou-se necessário invocar a palavra da ciência que ganhava espaços cada vez maiores, conferindo credibilidade a essas interpretações e dando ao discurso científico voz de autoridade para explicar a natureza e a sociedade.

No caso dos naturalistas norte-americanos, estes partem da certeza de que os componentes de sua matéria, os animais, plantas, minerais e homens eram tão dignos de estudo e tão relevantes quanto quaisquer outros do mundo. Mais do que isso, os defensores da natureza norte-americana dedicaram-se à tarefa de provar que, em muitos aspectos, o Novo Mundo era superior ao Velho. É assim que, ao longo do século XIX, nos Estados Unidos, a sua natureza selvagem, intocada, grandiosa, enigmática, será valorada positivamente, corroborando a idéia de que na região poderia se constituir em uma grande e promissora nação (WEINBERG, 1935).

É, no entanto, na Europa, que a América encontra nesse período um grande defensor. Trata-se do naturalista Alexander Von Humboldt. Ao visitar a América para estudar o problema das relações entre as criaturas vivas e o ambiente natural, acaba não só arrebatado pela natureza dos trópicos, que considera generosa e exuberante, como também exalta o clima, os animais domésticos e as espécies selvagens, identificando-as como mais vigorosas que a do Velho Mundo. A expedição científica de Alexandre Von Humboldt pela região equinocial do Novo Mundo, de modo geral, destinava-se a obtenção de novos

conhecimentos sobre a América. Sua jornada, além de marcar a transição das primeiras viagens de descobrimentos para uma nova fase de expedições focadas em problemas claramente e cientificamente definidos, marcou a convergência a uma nova visão do Novo Mundo ao público europeu (KOHLHEPP, 2006, p. 260).

Diferentemente dos naturalistas do século XVIII, Humboldt atribui importância à meticulosa observação de fatos antrópicos, bem como aos estudos empíricos de campo, rompendo, em parte com uma percepção distanciada e eurocêntrica da América. Sua viagem pela América do Sul, México, Estados Unidos e Cuba durou de 1799 a 1804, mas a publicação de seus escritos divulgando seus resultados prolongou-se por décadas, tendo a redação definitiva do *Reise in die Aequinocial-Gegenden des neuen Continents*, publicada em 1859 (KOHLHEPP, 2006, p. 261).

Nos seus escritos, Humboldt combate à tese de Buffon da imaturidade do continente americano, dando como provas científicas o fato de naturalistas terem encontrado na América fósseis de que remontava a antiguidade. Reafirmava ainda sua convicção sobre a substancial identidade natural de todos os homens, em toda a escala da civilização. Nesse aspecto, negava explicitamente a suposição de que existiam raças humanas superiores e inferiores. Numa visível crítica aos escritores, que haviam se surpreendido muito mais com os contrastes do que com a harmonia da natureza na América, Humboldt afirmava que estes haviam descrito o continente americano como um lugar pantanoso, adverso à multiplicação dos animais, recentemente habitado por hordas tão pouco civilizadas. Esta situação teria revestido estas investigações históricas de um caráter de ceticismo absoluto que havia substituído uma crítica sadia sobre o novo continente. Além disso, sugere no homem civilizado uma dúvida sutil sobre o valor da civilização e seus triunfos tão difundidos, insinuando a precariedade de seus progressos (GERBI, 1996).

As críticas de Humboldt indicam, em certa medida, uma ruptura com a imagem negativa da América veiculada pelos escritos iluministas. Humboldt procurava, por exemplo, explicar por que a América do Sul seria menos quente e seca do que outras terras em latitude semelhante. Em trechos citados por Louis Pratt (1999, p. 216), dizia que “as numerosas montanhas onde abundam as fontes, cujos picos cobertos de neve pairam sobre os extratos de nuvens e causam a queda de correntes de ar por seus declives; a abundância de rios de enorme vazão, que após muita sinuosidade procuram à costa mais distante; estepes carentes de areia, e, portanto, absorvendo menos calor; florestas impenetráveis, as quais protegendo as terras dos raios solares, ou irradiando calor da superfície de suas folhas, cobrem as plantas ricamente irrigadas e exalam no ponto mais distante, prodigiosas quantidades de umidade, em parte absorvida, em parte gerada”. Desses aspectos, afirmava ainda, “depende a vegetação luxuriante e exuberante e aquela riqueza da folhagem que são peculiarmente característica do Novo Continente”.

As observações de Humboldt seriam um bom exemplo de como a história natural, imbuída do estatuto da cientificidade, poderia conferir certa identidade a um país ou região, ressaltando suas singularidades e identificando um ser original, distinto e autônomo. Nesse aspecto, o orgulho americano nascia como louvor das qualidades físicas da natureza do continente. Se os americanos não podiam vangloriar-se de seu passado, seja colonial ou o mais remoto das comunidades e das grandes civilizações indígenas, identificado ao atraso e inconciliável com as novas ideias de civilização e progresso, eles podiam sim, exaltar a natureza americana, repleta de atributos positivos, fecunda, vigorosa, fresca, viçosa, que parecia prometer e garantir um futuro ilimitado. Como dizia Roberto Ventura (1991, p. 43), “a natureza deixou de ser espaço de contemplação estética ou de projeção filosófica, para se tornar solo que integra e dá identidade às matrizes étnicas e culturais, lançadas aos trópicos pela história universal”.

A hipótese desenvolvida por Marco Antonio Pamplona (2003) segue essa ideia ao afirmar que a exaltação da natureza nas Américas pode ter substituído o papel que a tradição e a herança desempenhariam no processo de legitimação dessas novas identidades. Podemos afirmar, portanto, que esses construtores das novas nações americanas não podiam e não queriam, nesse momento, vangloriar-se de seu passado, fosse o passado colonial dos últimos séculos, identificado ao obscurantismo, ao atraso, o oposto do progresso e das luzes da época, fosse o passado mais remoto da vida tribal e das dinastias indígenas, ambos inconciliáveis com as novas ideias de humanismo, tolerância e liberdade civil. Por isso, vangloriaram-se e buscavam legitimidade, não em uma herança histórica ou em uma antiguidade mítica, mas no vigor fecundo da natureza circundante, vigorosa, exuberante, que parecia prometer generosamente, ou mesmo garantir um desenvolvimento futuro ilimitado.

No caso do Brasil, os construtores da nação apontavam as características naturais do território brasileiro como importantes no desenvolvimento econômico do país, por apresentar meio natural exuberante e portador de inúmeros recursos. No entanto, era necessário considerar as características do território na organização e divisão política, administrativa e judiciária do país, pois seria o território que definiria a concentração da população e a riqueza das diferentes regiões. Igualmente se reconhecia como características do país a grandeza do território, a dispersão de seu povoamento, a existência de grandes espaços não colonizados. Esta seria consequência de uma herança colonial, cujo sistema de exploração do solo levava a um rápido esgotamento, o incipiente sistema de estradas que dificultava a formação de núcleos e as comunicações (URUGUAI, 2002, p. 118).

Embora se observe nos estudos de cientistas, viajantes e intelectuais a descrição dos aspectos naturais do Brasil, caracterizados pela opulência e riqueza da vegetação, nos discursos das autoridades, o meio natural aparece carregado de significados e valores negativos, pois se constituiriam como espaços em que predominavam a falta de governo, de

leis, de população, de ordem e civilização (COSER, 2005, p. 241). Como exemplo, temos as descrições do príncipe Adalberto (2002, p. 179), da Prússia, sobre as colossais florestas virgens da Amazônia, que “cobriria quase toda a extensão do território da região”, e caracterizadas como “florestas intermináveis, de um esplendor, amplitude e exuberância de vegetação”, característica peculiar da região, e que brotavam “do mais fértil solo do nosso planeta, refrescado e emudecido pelas frequentes chuvas equatoriais”. No entanto, quando se admite a presença do homem nestes espaços, associa-se a uma total dependência das forças da natureza ou um fiel cumpridor dos desígnios naturais, não estando submetido a uma atividade econômica regular e mercantil, ou seja, voltada para o comércio. Defendia-se a intervenção das autoridades nestes espaços de forma a promover o controle dessas áreas e o desenvolvimento de técnicas de exploração dos recursos naturais, tornando os indivíduos independentes dos condicionantes naturais.

Os elementos que compunham a natureza, como florestas, rios e lagos, diante dessas novas perspectivas, ou seja, de uma agricultura regular e mercantil, e ainda do melhor aproveitamento dos recursos extrativistas, deveriam ser aproveitados no sentido de promover o progresso e desenvolvimento do país. Tratava-se de negar a ideia de uma natureza hostil e inadequada ao desenvolvimento humano, e atribuir valor ao meio natural como possível de assegurar o desenvolvimento econômico. A Amazônia que se apresentava enquanto espaço predominantemente natural era identificada como região economicamente estratégica para a prosperidade do Brasil, uma vez que possuía diversos e valiosos recursos naturais. Neste aspecto, os programas de colonização para esta região se por um lado se justificava pela necessidade de povoamento, este aumento populacional só se legitimava pela necessária exploração dos recursos disponibilizados pela natureza.

Seguindo a concepção científica predominante no início do século XIX, fundada na doutrina fisiocrata, que sustentava ser a terra a única e verdadeira fonte de riqueza, que as reflexões do conde de Bufon, Cornelius de Pauw e Alexandre Von Humboldt quanto a natureza, ganham expressividade nos discursos das autoridades brasileiras que pensavam a Amazônia. Importante destacar que para os fisiocratas, de forma bem geral, só a agricultura era produtiva, uma vez que só a agricultura teria a possibilidade de produzir uma quantidade de riqueza superior à que era consumida. Diante destes princípios, acreditava-se que o potencial da natureza amazônica poderia contribuir para a formação do “mais rico e opulento dos países conhecidos”, dizia um importante intelectual do Pará da primeira metade do século XIX, Antonio Baena.

De acordo com Michelle de Barros (2006, p. 16), Antonio Baena vivenciou momentos conflituosos dentro da própria província e parecia estar atento aos debates acerca da constituição de um corpo político unificado e da identidade brasileira. Integrado a essas discussões, almejava a inserção de uma província ao Norte do Império, possuidora de

inúmeras riquezas em seu entender, mas que, no entanto, necessitava de ações capazes de reverterem às potencialidades em reais vantagens.

Ao tomar conhecimento dos estudos dos naturalistas sobre as terras da América, a exemplo das pesquisas desenvolvidas por Alexandre Von Humboldt, em que identifica uma vegetação exuberante e em que “os homens nas terras subjacentes ao círculo equinocial, possivelmente, teria forças para vencer a prolixa fecundidade”, Antonio Baena inventava um discurso de que não se conhecia até então e nem se explorava da forma mais adequada os recursos que a floresta disponibilizava. Ao aproximar essas observações das condições naturais da Amazônia ou na tentativa de verificar semelhança das teses desses naturalistas com a realidade da província do Grão-Pará, sintetiza a perspectiva construída por intelectuais e autoridades da região, de um ambiente desconhecido. Como se observa, a natureza que aflora nos discursos da intelectualidade paraense tem seu valor associado aos recursos que se possa dela extrair. Sobre esta questão, defendia-se um esquadrinamento de cada produto natural, pois seria importante ter uma ideia dessa natureza e a utilização que se poderia fazer de toda sua riqueza (BARROS, 2006, p. 52).

Diante de uma natureza tão opulenta e grandiosa eram necessários que os homens colhessem todos os benefícios possíveis espalhados pelas selvas, vales, campinas, cavernas, grutas, outeiros, montes, serras, rios e lagos que compunham a região. Sendo assim, caberia aos amazônidas a tarefa de desvendar sua terra para melhor explorar suas riquezas. Portanto, a riqueza que traria o destaque da região no cenário brasileiro, estava atrelada ao fato de possuir e de utilizar, com outros métodos, os produtos naturais. Assim, se evocava a ideia de uma natureza utilitária em que as plantas e animais teriam sido criados para atender as necessidades humanas.

Analisando a sujeição do mundo natural pelo homem, Keith Thomas (1998, p. 21-22) destaca sobre a questão uma percepção tradicional em que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deveriam se subordinar a seus desejos e necessidades. Este pressuposto estaria fundamentado na percepção aristotélica de que a natureza não faz nada em vão, tudo tem um propósito, ou ainda, na perspectiva de que a natureza existia unicamente para servir os interesses humanos. Nos parece que estas observações, em parte, são apontadas nos registros dos agentes públicos e intelectuais que estão pensando as terras e florestas amazônicas, a exemplo de Antonio Baena.

Retomando as teses sobre o espaço natural na América, tanto nos escritos dos que percebiam a natureza nas terras do Novo Mundo como grandiosa e possuidora de recursos, quanto aos que a observavam como espaço de permanente barbárie, que tolhia a criatividade humana, a natureza era apontada sob uma dupla via de ação, ou como dominadora ou como dominada. Quem decidia esse trajeto de dominação era o próprio homem no lidar com o espaço natural, sendo que essa dominação se efetivaria através do conhecimento, da ciência,

e do trabalho.

Ao reproduzir este discurso, as autoridades provinciais do Pará legitimavam as ações colonizadoras como necessárias para o desenvolvimento de técnicas que transformasse o espaço amazônico, possibilitando o exercício do domínio do homem sobre a natureza, em especial as florestas e rios da região. As inquietações das autoridades provinciais frente à relação do homem com a natureza estavam, portanto, na incapacidade do melhor aproveitamento dos recursos disponibilizados pelas florestas da região.

Nas florestas, as árvores eram consideradas como símbolo de maior riqueza da região. Nos escritos de Antonio Baena (2004, p. 148), estas eram conhecidas como “aristocracia da vegetação”, isto por que suas utilidades eram variadas, e dava uma condição de principal produto a ser aproveitado na ação de domínio do homem sobre o espaço natural da região amazônica. Portanto, se constituía como comum, os discursos que condenavam a destruição das árvores por meio das queimadas, isto por que, diante das suas utilidades, destacava-se a extração de tintas, bebidas, madeira para construção e material para carvoaria. Chegava-se, inclusive a apontar que em nenhum outro ponto da terra as madeiras para construção eram vistas em tão grande quantidade quanto nas terras da Amazônia (ADALBERTO, 2002, p. 215). Assim, o posicionamento contrário à derrubada das matas pelos agricultores estava associado ao necessário aproveitamento deste recurso, ou seja, a preocupação era de ordem prática, utilização de madeiras para construção, para uso doméstico e combustível.

Ainda seguindo os posicionamentos de Antonio Baena (2004, p. 72), o lavrador paraense devia se desvencilhar do que chamava de “pernicioso método” de queimar a floresta, utilizado pelos indígenas desde os primórdios da colonização, e procurar desvendar sua terra, para melhor cultivá-la e extrair maiores riquezas. Nas inflexões deste interlocutor, havia a necessidade de intervenção do governo imperial sobre as ações dos colonos no Pará, uma vez que entendia que o lavrador não se aplicaria diligentemente, não aproveitava todo o potencial das ricas terras de florestas do Pará. Neste caso, como veremos mais a frente, o que haveria, era um uso equivocado da natureza, uma “lavoura errática” que deveria ser combatida.

Os métodos desenvolvidos pelos silvícolas, indígenas considerados brutos ou selvagens pelos europeus no início da colonização, seriam os responsáveis pelo inadequado aproveitamento da natureza pelo homem amazônico. Embora se reconhecesse que algumas medidas governamentais haviam sido tomadas na perspectiva de superar as práticas indígenas de cultivo e da conseqüente relação com o meio natural, estas ações estavam apenas circunscritas a instruções aos agricultores para que abandonassem o estado principiante e prejudicial, para evitar uma agricultura “desordenada”. Ainda não havia se desenvolvido ação colonizadora capaz de estabelecer a ligação entre o estudo das plantas e

o trabalho do agricultor.

Aos programas de colonização era atribuída a tarefa de se desenvolver ações que promovessem a supremacia da ação humana sobre a natureza, de forma a transformá-la em fonte de riqueza, progresso e civilização. Assim, as paisagens naturais costumeiramente associadas à barbárie, ao vazio demográfico, à selvageria, justificavam a elaboração de projetos e a concretização de ações políticas civilizadoras. A barbárie, nestas elaborações, poderia transformar-se em civilização, o deserto, representando o vazio, a desordem e a selvageria, podia tornar-se espaço de ordem, de população, de civilização. É, portanto, a possibilidade da transformação de um em outro, que dá sentido aos projetos de colonização na Amazônia e a defesa da agricultura como atividade econômica a ser implantada nesses projetos.

Condicionantes para ocupação da Amazônia - apontamentos de conclusão

Terrenos “convenientemente acidentados e sobranceiros a toda sorte de inundação”; “solo profundamente coberto ou composto, pela maior parte, de húmus, que o torne extraordinariamente fecundo”; “florestas ricas de madeiras, as mais estimadas”; “águas salutíferas, postas em abundância”; “clima e ar fresco” e “rios onde vapores pudessem navegar facilitando a comunicação com a capital” são algumas das condições apresentadas como indicativo do local mais apropriado para se constituírem enquanto espaços de colonização. O relatório do presidente do Pará em 1874, Pedro Vicente de Azevedo, apresentado a Assembléia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro daquele ano, denuncia que a implantação de espaços de produção agrícola e colonização não dependia apenas da região ter disponibilidade de terrenos devolutos, mas evidencia que esses locais apresentassem condicionantes naturais que atendessem aos propósitos a que essas áreas seriam disponibilizadas.

Outro elemento que favorecia a escolha dessas áreas estava associado à situação climática. A temperatura da região amazônica era apresentada como favorável, por ser caracterizada por um clima e ar fresco, característico de terras de floresta, e não suscetíveis a grandes alterações térmicas. Estudos realizados nos últimos anos da década de 1850 e registrados por José Coelho da Gama e Abreu (1986, p. 38-40) davam conta de que o clima nesta região girava em torno de 26 graus, tendo ainda um volume de chuva mensal de 761 milímetros; dados que acabavam reforçando os discursos de que o clima e o volume de chuva nas áreas de floresta da Amazônia eram ideais para irrigação das terras e apropriado para atividade agrícola.

Sobre o clima e salubridade, o naturalista Henry Bates (1979, p. 22-23), em passagem pela província do Pará alguns anos antes das observações de José Coelho da

Gama e Abreu, ou seja, 1848, e reforçando os dados anteriormente apresentado, destacava o caso dos norte-americanos que residiam na região. Segundo depoimento, estes afirmavam que o calor não seria tão opressivo quanto em Nova Iorque e Filadélfia no verão. Quanto à umidade, esta era apresentada como excessiva, mas as chuvas não eram tão pesadas nem tão contínuas, na estação das águas, quanto em outros climas tropicais. A facilidade com o clima da região se devia ainda ao fato de se verificar que não havia riscos em ficar a pessoa exposta ao ar da noite, nem em morar em terrenos pantanosos. Alguns ingleses e norte-americanos, observa Henry Bates, estabelecidos nessas áreas, já residiam a vinte ou trinta anos, e pareciam “tão corados e saudáveis como se nunca tivessem deixado sua terra natal”. O clima também havia favorecido as mulheres nativas que pareciam conservar “sua boa aparência e robustez”, mesmo quando já haviam deixado de ser jovens.

Embora o clima não suscetível as grandes alterações climáticas favorecessem a atividade agrícola, uma vez que permitiria o cultivo em quase todos os períodos do ano, outro fator, considerado ainda mais significativo pelas autoridades, marcaria os discursos dos administradores provinciais sobre as áreas de colonização na Amazônia. Tratava-se das “exuberantes matas tropicais” que recobria o solo da região. De acordo com os estudos de Eugênia Egler (1961, p. 529), essa exuberância da mata virgem teria impressionado os governantes, “fazendo-os cogitar em transformar a fictícia uberdade das terras florestais num manancial para abastecimento dos centros urbanos”. Nesse aspecto, é importante destacar que ao se referir as frondosas árvores devem ser consideradas duas questões: a primeira que associava à exuberância das matas a fertilidade da terra para o plantio, e a segunda que corresponde ao aproveitamento dos recursos que poderiam ser extraídos dessas florestas.

Embora a escolha dos espaços de colonização estivesse associada aos propósitos ou finalidades a que se destinavam essas áreas, há de se considerar que havia toda uma construção representativa sobre a natureza desses espaços. Esses significados apareceram recorrentemente nos discursos e ações dos administradores do Império e demonstravam a importância do meio natural no processo de construção das percepções sobre um dado território. Franciane Gama Lacerda (2006, p. 210-212), em estudo sobre as relações sociais envolvendo migrantes na Amazônia nas últimas décadas do século XIX e início do XX, identifica diversos discursos que envolviam autoridades, cronistas, viajantes, naturalistas e estudiosos, nos quais costumeiramente associavam as matas como espaços insalubres e hostis. Nesses relatos, era comum atribuir o aparecimento de doenças como a malária e o impaludismo, ou ainda os riscos de se deparar com animais ferozes, como atributo da presença de áreas de florestas na região. Ademais, se identifica nas falas dos governantes percepções sobre as matas como locais portadores de “riquezas naturais que ali jazem espalhadas”, ou espaços de “ricos produtos florestais”. Essas autoridades, ao que parece, referiam-se à extração do óleo de copaíba, castanha, cumarú, o anil, a baunilha, o cravo, a

andiroba, e, principalmente, a madeira, considerados como produtos comuns das matas amazônicas.

Embora se observe a necessidade da instituição de políticas que busquem desenvolver as atividades econômicas, nos parece que a incorporação de leituras de pensadores europeus sobre as terras da América, permitiu aos intelectuais e agentes públicos do século XIX no Brasil a construção de discursos que tratava o Estado como instituição que se afirmava apenas por ações militares. Ao Estado imperial competia levar autoridade ao interior da região através de ações, que por um momento, assegurassem os interesses dos grupos dominantes locais, por outro, estivessem revestidas de um discurso de promoção da ordem, da modernização e da civilização. A invenção da necessidade de um suposto saber sobre a natureza construído nestes discursos, portanto, que vão pautar a agenda definidora das forma e dos espaços de colonização da Amazônia, como as condições da terra, clima e cobertura vegetal.

Referências

- ABREU, J. **As regiões Amazônicas**: Estudos chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas. Lisboa. 1896.
- ADALBERTO, P. **Brasil**: Amazonas e Xingu. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2002.
- BAENA, A. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2004.
- BARROS, M. **“Germes de Grandeza”**: Antonio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império (1823-1850). Dissertação de Mestrado. CFCH-UFPA: Belém. 2006.
- BATES, H. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1979.
- BENTIVOGLIO, J. **Os negócios do Império**: a política econômica brasileira no início do Segundo Reinado (1840-1860). Catalão: São João: UFG – Campus Catalão. 2007.
- COSER, I. **Civilização e Sertão no pensamento social do século XIX**. Caderno CRH. Salvador. vol. 18, nº. 44, 237-249. 2005.
- ÉGLER, E. **A Zona Bragantina no Estado do Pará**. Revista Brasileira de Geografia. São Paulo, vol. 23, nº 03 (julho-setembro). 1961.
- FERREIRA, G. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec. 2006.
- GERBI, A. **La Naturaleza de Lãs Índias Nuevas**. De Cristóbal Colón a Gonzalo Fernandez de Oviedo. México: Fondo de Cultura Económica. 1978.
- GERBI, A. **O Novo Mundo**: historia de uma polêmica (1750-1900). São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

- HOBBSBAWM, E. **Nações e Nacionalismos desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.
- KOLHEPP, G. Descobertas científicas da Expedição de Alexandre Von Humboldt na América Espanhola (1799-1804) sob ponto de vista geográfico. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 06, nº. 1, 2º semestre. 2006.
- LACERDA, F. Entre o Sertão e a Floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1891-1916). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº. 51, 197-225. 2006.
- MADER, M. **Civilização e Barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai**. Tese de Doutorado em História Social, ICHF-UFF, Niterói. 2006.
- PARÁ. **Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874**. Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará. 1874.
- PAMPLONA, M. Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, nº 32, 3-31. 2003.
- PENTEADO, A. **Problema de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: UFPA. 1967.
- PRADO, M. **América Latina no século XIX. Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: EDUSP. 1999.
- PRATT, M. **Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. São Paulo: EDUSC. 1999.
- ROUQUIÉ, A. **O Extremo-Occidente**. Introdução à América Latina. São Paulo: EDUSP. 1991.
- THOMAS, K. **O homem e mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais**. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.
- URUGUAI, V. **Ensaio sobre Direito Administrativo**. CARVALHO, J (org.). Visconde do Uruguai. São Paulo: Editora 34, 2002.
- VENTURA, R. **Estilo Tropical: historia cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914**. São Paulo: Companhia das letras. 1991.
- WEINBERG, A. **Manifest Destiny**. A Study of National Expansionism in American History. Baltimore: Johns Hopkins, 1935.

Sobre o autor

Francivaldo Alves Nunes – Graduação em História pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará; Doutorado em andamento em História Social pela Universidade Federal Fluminense; Pesquisador Produtividade CNPq, nível 2, vinculado ao INCT Rede Proprietas (Brasil); Professor na Universidade Federal do Pará.

Como citar este artigo

NUNES, Francivaldo Nunes. Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica do século XIX. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 34-50, dossiê, 2018.

Recebido para publicação em 06 de outubro de 2017
Devolvido para a revisão em 18 de novembro de 2017
Aceito para a publicação em 24 de janeiro de 2018
